



RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO



ABRIL A JUNHO DE 2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

RUA DR. ORLANDO GONÇALVES, 231
Parque das Palmeiras /
ANGRA DOS REIS-RJ

TELEFONE: (24) 3365-5388

EMAIL:

ips.coc@angra.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-PRESIDENTE

Luciane Pereira Rabha

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Márcia Lima

ASSISTENTE DE GABINETE

Ivete Lyra

PROCURADOR-CHEFE

Luís Gustavo Marques

DIRETORA DE BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Luizélia Gomes

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Celi de Oliveira Chaves

DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Edenilze A F Dias

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

Cláudia Maia

COORDENADORA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

Ivete Costa

COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Amadeu Damião Gonçalves

DIRETOR FINANCEIRO E DE TESOURARIA

Jediael Souza Estoduto

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Francisco da Costa

SUMÁRIO

DIRETORIA EXECUTIVA	3
INTRODUÇÃO	5
ÁREAS ANALISADAS – BENEFÍCIOS E SEGURADOS	6
FOLHA DE PAGAMENTO	8
INVESTIMENTOS E META ATUARIAL	9
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
TRANSPARÊNCIA	12
ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO	12
PONTOS DE CONTROLE (PC)	14
CONCLUSÃO	16

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Diretoria de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 2.074/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, com o fito de análise do período compreendido de **abril a junho de 2021**.

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação desta Unidade de Controle Interno, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, Diretores previdenciário, administrativo e ordenador de despesa, além da análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, bem como a conformidade com os requisitos estabelecidos no manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

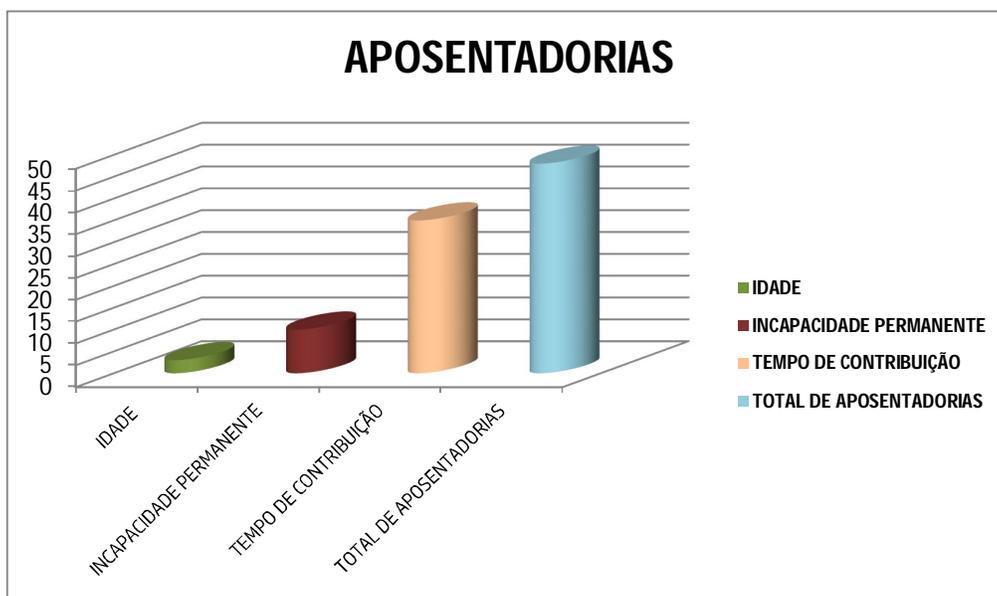
ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na aderência do PRÓ- GESTÃO, a fim de verificar as conformidades e gerações de informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores do Instituto baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das áreas.

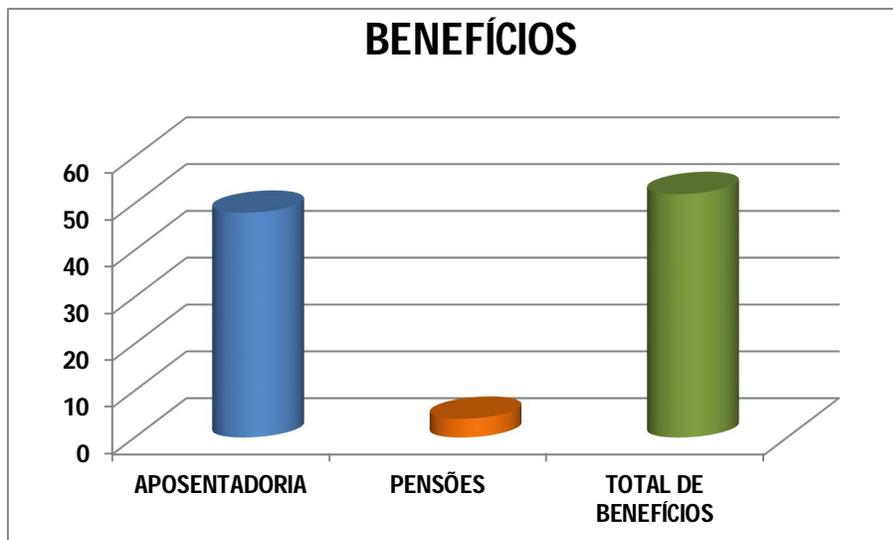
BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Foram concedidas **48 Aposentadorias**, sendo **03 por Idade**, **10 por Incapacidade Permanente** e **35 por Tempo de Contribuição**.

APOSENTADORIAS	
QUANT	TIPO
03	IDADE
10	INCAPACIDADE PERMANENTE
35	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
48	TOTAL



BENEFÍCIOS	
QUANT	TIPO
48	APOSENTADORIAS
04	PENSÕES
52	TOTAL CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS



Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta Unidade de Controle considerou uma amostra de 40% (quarenta por cento) para análise dos processos para concessão de aposentadorias e pensão.

Neste trimestre esta Unidade de Controle aumentou o número das amostras tendo em vista que o decréscimo no quantitativo de concessões de benefícios em relação ao período anterior, a fim de salvaguardar e melhor auferir as informações e as conformidades com os requisitos básicos para os benefícios.

Os processos foram escolhidos aleatoriamente a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidos com as legislações vigentes.

Em análise aos processos, verificou-se que as concessões obedeceram às formalizações quanto à legislação sua manualização e mapeamento, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

FOLHA DE PAGAMENTO

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações no trimestre:

TIPO	ABRIL R\$	MAIO R\$	JUNHO R\$
APOSENTADORIA PMAR	7.663.869,40	7.698.325,28	7.811.892,43
PENSIONISTA PMAR	1.033.991,18	1.022.876,02	999.597,15
APOSENTADORIA CMAR	30.345,06	30.345,06	33.748,29
PENSIONISTA CMAR	47.398,54	47.398,54	82.823,83
Total	8.775.604,18	8.798.944,90	8.928.061,70

Em relação às folhas de pagamentos do período, devido as concessões de benefícios, houve um acréscimo em relação ao trimestre anterior.

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que desabonasse a condução do processo desde a abertura até o pagamento.

INVESTIMENTOS E META ATUARIAL

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 402/08.

As aplicações foram disponibilizadas de forma sintética conforme planilhas abaixo segregadas em carteira de rendimentos Fixa e Variável e exterior. Os quadros analíticos encontram-se no portal da transparência, onde são discriminados cada fundo de investimento e suas assets.

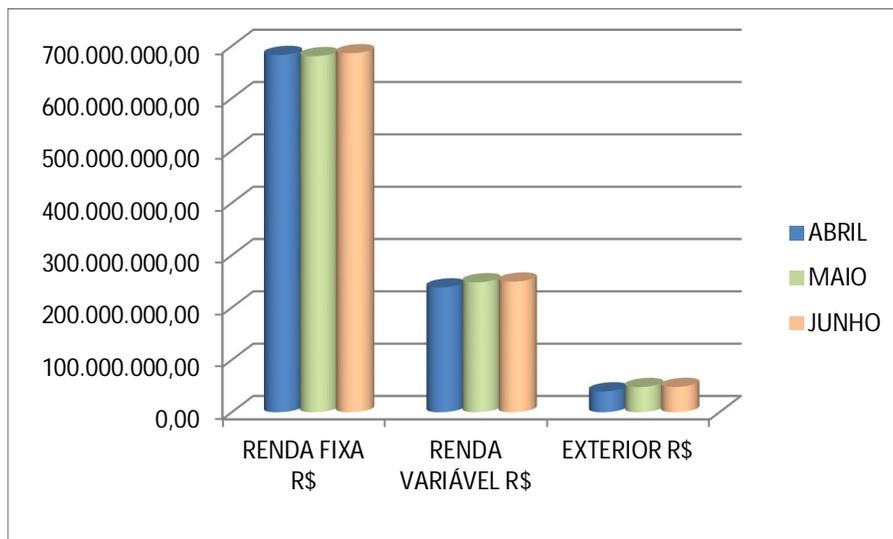
Em abril de 2021, conforme consta em relatório analítico do mês de abril disponibilizado pelo setor de investimentos, verificou-se que foi disponibilizado R\$ 39.929.889,64 (trinta e nove milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais, e sessenta e quatro centavos) para fundos no exterior.

Em análise ao relatório referido acima, verificamos que houve apreciação dos conselhos. Outro ponto de análise da operação foi a verificação da autorização no que tange à legalidade da operação, onde restou evidenciado que está em consonância com o que determina artigo 9º - A, Inciso II da Resolução nº 3.922/2010.

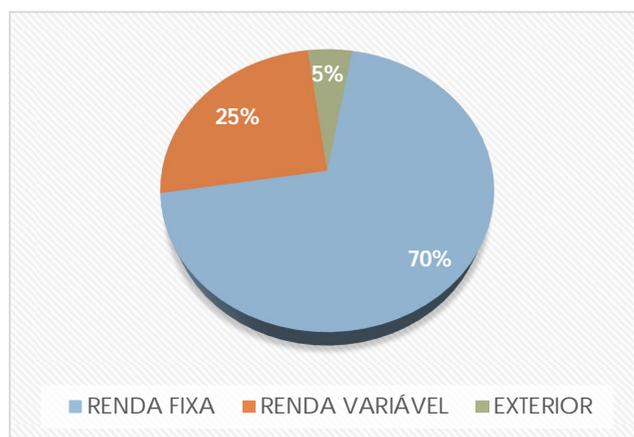
As informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado juntamente com as atas do comitê de investimentos, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

O Responsável pela área de investimentos disponibilizou os saldos dos investimentos abaixo.

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$	EXTERIOR R\$
ABRIL	682.849.703,35	238.541.997,64	39.929.889,64
MAIO	680.632.628,07	248.514.374,86	48.207.109,57
JUNHO	686.145.856,30	249.697.732,07	48.420.497,48



APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %	EXTERIOR %
2º TRIMESTRE	69,71	25,37	4,92



META DE RENTABILIDADE ACUMULADA NO PERÍODO	6,48%
RETORNO	2,45%

Em relação a meta atuarial no período, pudemos verificar que houve um avanço em relação ao trimestre anterior considerável, porém ainda não foi atingido a meta conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores para o não atingimento a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria disponibilizados pelo Setor Responsável.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência. Além de guardarem paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012.

Cumprir destacar que, no intuito de salvaguardar a segurança da informação e resguardar o instituto, é salutar estudar a possibilidade de colocar as assinaturas em modo eletrônico, com o fito de evitar possíveis fraudes, tendo em vista que as assinaturas dos gestores e ordenadores de despesas estão disponibilizadas no portal da transparência.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de Investimentos estão com suas certificações em dia.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações. Sendo analisado também os das Assets que administram os fundos no exterior incorporados neste trimestre.

O Setor responsável pelo investirmos, disponibilizou os relatórios analíticos de investimentos dos meses de abril, maio e junho, onde é demonstrado a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos.

Os relatórios foram devidamente apreciados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Conforme solicitação em entrevista, as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria foram disponibilizados pelo setor responsável.

A Política de Investimentos para o ano de 2021, elaborada pelo Comitê de Investimentos, e aprovada pelo Conselho Deliberativo, é demonstrada no portal da transparência.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Portaria - ANGRAPREV 009/2021 de 24 de junho de 2021, tem por objetivo garantir o manuseio, tratamento, controle e proteção dos dados produzidos por este Instituto, com diretrizes estratégicas para garantir a autenticidade das informações.

TRANSPARÊNCIA

O ANGRAPREV tem buscado assegurar a atualização do site www.angra.rj.gov.br/angraprev onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ - GESTÃO

Em determinação à adesão ao Programa Pró-Gestão, para fins de certificação em determinado nível desejável deve ser analisado se o Instituto atingiu as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas.

Para verificar essas ações, foi instituído um check-list para constatar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró-Gestão.

Após análise do Check-list, verificou-se que das 24 (vinte e quatro) ações, o Instituto contempla 22 (vinte e duas) ações que equivalem a 92% (noventa e dois por cento).

Desta forma, diante da avaliação das ações contempladas, verificou-se que o Instituto está em condições de aderir ao Nível II do Programa Pró-Gestão.

<u>ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO PRÓ - GESTÃO</u>		CONTEMPLAÇÃO REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	X	
4	Estrutura de Controle Interno	X	
5	Política de Segurança da Informação	X	
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas		X
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
7	Relatório de Governança Corporativa	X	
8	Planejamento	X	
9	Relatório de Gestão Atuarial	X	
10	Código de Ética da Instituição	X	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor		X
12	Política de Investimentos.	X	
13	Comitê de Investimentos	X	
14	Transparência	X	
15	Definição de limites de alçadas	X	
16	Segregação das atividades	X	
17	Ouvidoria	X	
18	Diretoria Executiva	X	
19	Conselho Fiscal	X	
20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução	X	
22	Gestão de Pessoas	X	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação	X	
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade	X	

PONTOS DE CONTROLE (PC) REFERENTES AO RELATÓRIO DO 1º TRIMESTRE

Esta Unidade de Controle, a fim de gerar informações para melhoria contínua nas tomadas de decisões dos gestores do Instituto, observou se as recomendações informadas no Relatório do 1º Trimestre foram atendidas.

RECOMENDAÇÃO 01.A - Atualmente a estrutura de Controle Interno é composta por uma servidora, fato que está de acordo com a aderência ao Nível I. Caso seja remanejado um servidor capacitado para atuar junto à Diretoria de Controle Interno, esta ação atenderá a necessidade de adesão ao Nível II do Programa Pró-Gestão.

Resposta Controle - Em atendimento a recomendação supra foi designado o servidor Emídio Marinheiro da Silva Filho para atuar na Diretoria de Controle Interno. Desta forma, o quadro do Controle Interno atualmente é composto por 02 (dois) Servidores. Esta ação satisfaz ao Nível II do Programa Pró-Gestão.

RECOMENDAÇÃO 01.B - Ainda sobre as ações dos Controles Internos no item 02 é necessário manualizar pelo menos as áreas que serão objeto de análise para adesão ao Pró-Gestão. Ou seja, Benefícios e Folha de Pagamento para o Nível I e, caso seja escolhido o Nível II deverá ser acrescido Investimentos e Tecnologia da Informação.

Resposta Controle - A Portaria - ANGRAPREV 005/2021 de 24 de junho de 2021, aprova os manuais das áreas de Benefícios, Folha de Pagamento, Investimentos, e Tecnologia da Informação. Restando evidenciado que a recomendação foi atendida satisfazendo a aderência ao Nível II do Programa Pró-Gestão.

RECOMENDAÇÃO 01.C - Cumpra informar que, para atendimento dos itens 05 e 06 que versam sobre a área de Tecnologia da Informação, o Instituto necessita do auxílio da Prefeitura para o cumprimento da Política de Segurança da Informação e Controle de Base de Dados. Desta forma, recomenda-se que sejam envidados esforços para a concretização destes requisitos.

Resposta Controle - Em atendimento a recomendação supra o Instituto através da Portaria 009/2021 instituiu as ações de Política da Segurança.

RECOMENDAÇÃO 02.A-*No quesito Governança Corporativa o Instituto contempla 12 das 16 ações, ou seja, 75%. Porém, faz-se necessário que seja elaborado o Relatório de Governança de 2020 e o Plano de Ações de 2021, para atendimento dos itens 07 e 08 do check-list acima.*

Resposta Controle - Verificou-se que no quesito Governança Corporativa o instituto realizou 15 as 16 ações, onde demonstraram o o Relatório de Governança e o Plano de Ação. Cumpre informar que houve um erro material na redação acima. Pois, foram efetuadas 13 das 16 ações no Primeiro Trimestre.

RECOMENDAÇÃO 02.B -*Já para atendimento aoitem 11, se faz necessário a criação de ações voltadas àSaúde e Segurança do Servidor.*

Resposta Controle – Esta recomendação **não** foi atendida.

RECOMENDAÇÃO 03-*Para o quesito Educação Previdenciária, o Instituto não contempla nenhuma das 2 ações. Então, é necessário que sejam adotados procedimentos para adoção de medidas para o cumprimentos das referidas ações dos itens 23 e 24 do check-list supracitado.*

Resposta Controle – Verificou-se que as ações foram devidamente atendidas com a uniformização das informações dos cursos realizados e a realizar com o Plano de treinamento, bem como a criação da Cartilha Previdenciária.

RECOMENDAÇÕES:

1 – Para o do item 06 do check-list - Gestão e controle da base de dados, é necessário que, juntamente com a Prefeitura, o instituto envide esforços para concretização deste item, tendo em vista que o Recenseamento previdenciário deve ser realizado no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos.

2 – Que sejam instituídas ações voltadas para a saúde e segurança dos segurados conforme determinação do item 3.2.5 do Manual do Pró-Gestão.

3 – Que seja verificada a possibilidade dos relatórios expostos no portal da transparência, sobretudo os que tiverem a assinatura manual da ordenadora de despesa, de serem assinados mediante assinatura digital a fim de resguardar o instituto de possíveis fraudes, visando a segurança da informação.

CONCLUSÃO

Esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Por fim, tendo em vista as recomendações supracitadas, informamos que serão pontos de avaliações para o próximo Relatório do 3º Trimestre de 2021.

Angra dos Reis/RJ, 14 de Julho de 2021.


EDÊNIZE ALVES FERREIRA
DIRETORA DE CONTROLE INTERNO
ANGRAPREV - MATR. 12.252